

# Banco suspenderá crédito de anistiado

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA — Os pequenos e médios produtores rurais e empresários que optarem pela anistia da Constituinte não terão mais acesso a qualquer crédito bancário nem aos recursos repassados pelo Tesouro Nacional através das instituições financeiras. Este alijamento não é retaliação, mas apenas o cumprimento de resolução baixada há mais de 30 anos pela extinta Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), substituída pelo Banco Central, em 1964.

A resolução prevê que os maus pagadores não podem ter mais acesso ao crédito. Os bancos são repassados de verbas do Tesouro Nacional ou dos recursos captados dos seus clientes e, por isso, devem obedecer ao manual de orientação, para garantir a saúde do

sistema financeiro. "Se os bancos devem obedecer a esta regra, o Tesouro também, porque ele é apenas um administrador do dinheiro arrecadado da população que paga impostos", lembra alta fonte do ministério da Fazenda.

**Cortes** — Segundo este funcionário, o governo não vai permitir qualquer ameaça à meta de manter o déficit público em 4% do Produto Interno Bruto (PIB) e, na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional, deverá ser aprovada redução nos gastos de custeio agrícola da safra 88/89. Este corte independe da suspensão do financiamento de comercialização e custeio agrícola para o mês de julho, determinada pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. O governo já pretendia sair, gradativamente, do custeio agropecuário, mantendo eventuais subsídios ao crédito somente para comercialização, como acontece na maior parte dos países desenvolvidos.

## União paga US\$ 1,677 bilhão

A anistia aos pequenos e médios produtores rurais e empresários vai custar US\$ 1 bilhão 964 milhões, dos quais US\$ 1 bilhão 677 milhões serão assumidos pela União. O levantamento dos prejuízos foi concluído pelos técnicos do Ministério da Fazenda, depois de avaliar situação em cerca de 90% dos bancos do país.

De acordo com a emenda aprovada pela Constituinte, somente os bancos comerciais privados arcarão com o prejuízo, na proporção dos empréstimos feitos com recursos próprios. Ante da confirmação no segundo turno, a União deverá pagar US\$ 1 bilhão e 10 milhões, que corresponde ao volume de recursos destinados pelo Tesouro para em-

préstimos aos que serão anistiados, para os quais os bancos agiram apenas como intermediários. Além destes, a União deverá ressarcir US\$ 667 milhões aos bancos oficiais, que fizeram empréstimos com recursos próprios.

**Redução** — O Ministério da Fazenda considera que o levantamento é fiel à realidade. Para realizar o estudo, os técnicos partiram das informações enviadas por todos os bancos, logo após a apresentação das primeiras três emendas, que apontavam prejuízo de US\$ 10,23 bilhões. Com a fusão das três emendas, o ministério realizou levantamento banco a banco e o prejuízo caiu para US\$ 3,9 bilhões.

## BB perde lucro semestral se a dívida não for paga

Brasília — José Varella

BRASÍLIA — O lucro líquido do Banco do Brasil, que até abril somava Cz\$ 58 bilhões, deixará de existir no primeiro semestre deste ano, se a anistia para a correção monetária dos débitos dos mini, pequenos e médios produtores rurais e micros e pequenos empresários urbanos for mantida pela Assembléia Nacional Constituinte na votação do segundo turno. O alerta foi feito, ontem, pelo presidente da instituição, Mário Berard, segundo o qual os 700 mil acionistas do banco também deixarão de receber seus dividendos, além da queda que as ações da instituição terão na cotação da Bolsa de Valores.

Mesmo apostando na derrota da emenda na votação do segundo turno, o conselho diretor do Banco do Brasil já tomou suas precauções. Em reunião realizada quinta-feira, aprovou um voto para constituir provisão de igual valor ao prejuízo que o banco terá que arcar com a aprovação da anistia, para constar no balanço do primeiro semestre, que deverá ser divulgado no próximo dia 20. Esta provisão, que deverá retratar os empréstimos vinculados ao Plano Cruzado, ainda depende da conclusão do levantamento que está sendo feito para ter seu valor definido.

Na mesma reunião, o conselho diretor aprovou a suspensão da liberação de qualquer recurso da área de custeio e investimento agrícola para os produtores rurais, bem como os micros e pequenos empresários urbanos, até que seja efetuado o levantamento detalhado das perdas com a anistia. Ontem mesmo, segundo Mário Berard, o banco enviou circular a todas as suas agências determinando o cumprimento da medida.

Conforme a determinação da instituição, para o segmento rural, foi suspensa a liberação de Cz\$ 30 bilhões, referente a crédito de custeio e financiamento agrícola. Para os pequenos empresários urbanos, foi suspensa a liberação de Cz\$ 10 bilhões. "Os créditos foram cortados, porque o banco só pode emprestar com o retorno das operações feitas", observou.

O presidente do Banco do Brasil explicou que, por enquanto, foram suspensas apenas as liberações deste mês, mas ressaltou que os financiamentos da safra de verão, a serem liberados em agosto (Cz\$ 40 bilhões), setembro (Cz\$ 100 bilhões) e outubro (Cz\$ 150



Berard: acionistas perderão

bilhões também poderão ser atingidos, dependendo da avaliação do custo da anistia.

Segundo Mário Berard, o Banco do Brasil tem 2 milhões de contratos de financiamentos com micro, pequenos e médios empresários rurais e micros e pequenos empresários urbanos. Desse total, os primeiros detêm 1 milhão e 300 mil dos contratos, e os segundos, 700 mil. Acrescentou ainda que desde que a anistia da correção monetária para os seus débitos começou a ser discutida, a inadimplência, que era de 3,5% em março, passou para 12% em maio (último dado apurado).

O Banco do Brasil ainda não sabe de quanto tempo irá necessitar para fazer o levantamento completo dos empresários rurais e urbanos contemplados com a anistia. A dificuldade maior, segundo Berard, apesar do cadastro da instituição possuir quase todos os dados dos detentores de crédito, é a instituição da figura do módulo rural, que tanto pode ser por região ou por tipo de cultura. "Somente no Banco do Brasil existem três volumes tratando do assunto".

Mário Berard lamentou que as dívidas contraídas pelos pequenos empresários rurais e urbanos tenham sido tema da Constituinte, já que é um assunto típico de legislação ordinária. Lembrou também que o banco preferia ter negociado caso a caso, como vem fazendo com os seus clientes há 180 anos.

## Custo/Cz\$ bilhões — Valores em 30/06/88

Beneficiários Instituições	Empresas Urbanas	Produtores Rurais	Cz\$ Bilhões	Total OTN Milhões	US\$ Milhões
Tesouro Nacional	47	147	194	45,09	1.010
Bajcos Oficiais	49	79	128	95,73	667
Bancos Privados	32	23	55	41,13	286
TOTAL	128	249	377	281,95	1.964

## Débito coloca empresário paulista perto da falência

SÃO PAULO — O pequeno empresário Soad Bachir Dohér deve atualmente Cz\$ 80 milhões ao Bradesco, resultado de investimentos realizados em 1986, no auge do Plano Cruzado, nas suas quatro empresas (Dohér Confecções, SBM Eletrônica, Soad Confecções e Geração Indústria de Roupas). Ele vendeu imóveis próprios, pagou o quanto pôde de juros com a virada de economia e chegou a trocar sete mil agasalhos e 20 mil calções por títulos da dívida a vencer, no final do ano passado, dos Cz\$ 6,7 milhões com o Banco. Mas agora seu caso está na Justiça e sua falência é iminente.

"A anistia aprovada pela Constituinte é uma palhaçada, pois só serve para aqueles que pegaram dinheiro nos bancos e aumentaram consideravelmente seu patrimônio pessoal, eu conheço uma dúzia deles", atira Dohér. Este empresário é um típico filho de imigrantes libaneses que se deu bem no comércio de confecções no bairro do Brás, na capital paulista. Com o Cruzado, Dohér, em associação com seus irmãos, aplicou Cz\$ 4 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos para aumentar sua capacidade de produção de 40 mil peças por mês para 100 mil peças.

Com a redução do mercado e a explosão dos juros, após o naufrágio do Plano Cruzado, Dohér começou a enfrentar problemas e recorreu à agência do Bradesco do Brás na tentativa de encontrar uma solução negociada. Propôs, então, o refinanciamento de três imóveis particulares no valor de Cz\$ 14 milhões junto ao Bradesco, mas o banco recusou, na metade do ano passado.

"Meu caso foi parar na diretoria regional do Bradesco, mas eles não queriam acordo. O Banco não se nivela com você, ele entende

que você tem uma dívida e vai pagar, só que é justamente assim que eu também penso. Então às vezes penso que a anistia é um castigo para eles."

Dohér, então, propôs a troca de parte da dívida a vencer por produtos seus, e a Fundação Bradesco concordou em utilizar essas mercadorias nas escolas mantidas pelo banco. Mas não houve renovação do contrato conforme o prometido. "Isso mostra que há condições de se conseguir resolver o problema da dívida sem anistia, que só vai prejudicar ainda mais o país, com mais inflação, mas os bancos precisam negociar", considera Dohér.

São Paulo — Rogério Montenegro



Dohér: "Anistia é fraude"

## Banese perde CZ\$ 1 bilhão

A anistia concedida aos microempresários pela Constituinte vai gerar um prejuízo de Cz\$ 1 bilhão ao Banco do Estado de Sergipe. A revelação é do presidente do Banese, Antônio Carlos Borges, que lamentou a situação "daqueles microempresários que faliram ou que se encontram em fase de falência e que não podem ser considerados beneficiados porque vinham se esforçando para pagar as suas dívidas".

Segundo Antônio Borges, no período do Plano Cruzado o Banco do Estado de Sergipe fez cerca de 8 mil 500 contratos, sendo 8 mil para microempresários urbanos e 500 para rurais. O presidente do Banese também lamentou que, durante a votação da anistia da dívida, o "governo federal tenha cruzado os braços enquanto a União Democrática Rura-

lista (UDR) pressionava os constituintes para alcançar os seus objetivos".

**Asbace** — O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais (Asbace), Juarez Cançado, admitiu que, após a votação da emenda que anistiou parte do empresário e dos produtores rurais, "o sistema já está mais resignado, pois a perda será menor do que aquela inicialmente estimada".

Apesar disso, a Asbace encaminhou, ontem, um telex a todas as instituições filiadas, para que cada banco, em caráter de urgência, detalhe o volume de suas perdas. Com base na resposta, a Associação vai efetuar um trabalho de convencimento, junto aos constituintes, para tentar reverter o processo, na segunda fase de votação.

## Criatividade supera crise

FLORIANÓPOLIS — Com "criatividade" e sem "o dinheiro fácil oferecido pelo governo", o pólo do vestuário desta capital conseguiu façanha quase inédita entre os micro e pequenos empresários nacionais: as 80 empresas existentes em janeiro de 86, que empregavam aproximadamente 1200 pessoas, passaram a 500 confecções, empregando diretamente cerca de seis mil trabalhadores. "Muitos recorreram aos financiamentos de forma precipitada, tirando o pé do chão", recorda Ninita Muniz, presidente da Associação das Indústrias Vestuárias da Grande Florianópolis.

"A criatividade é a palavra de ordem para os pequenos empresários do ramo em

Florianópolis", explica. A tendência, agora, é crescer, pois muitas empresas que recorreram aos empréstimos foram beneficiadas com a anistia. "Só 25% foram enquadradas na anistia do governo. Muitos empresários quitaram suas dívidas com sacrifícios, vendendo patrimônio disponível. Os outros 10% ficaram de fora por terem contraído dívidas após 28 de fevereiro de 87 ou mais de cinco mil OTN's". A empresária defende a competência para enfrentar a crise: "Temos de produzir com qualidade e preço mais competitivos", esperando também a elevação da oferta de empregos. "Se conseguiram segurar até agora, acredito que a situação deve melhorar".